
**A POLÍTICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO CEARÁ E SUAS REPERCUSSÕES NO MERCADO
FORMAL DE TRABALHO INDUSTRIAL: ANÁLISE DO POLO CRAJUBAR PARA OS ANOS DE 1990
A 2010**

Aline Alves de Oliveira¹

Valdênia Apolinário²

William Eufrásio Nunes Pereira³

Resumo

O mercado de trabalho nas últimas décadas do século XX passou por profundas mudanças. No Brasil, neste período destacam-se os seguintes aspectos relevantes ocorridos na economia brasileira: a conjugação das políticas adotadas no intuito de garantir a estratégia de estabilização (em especial, a abertura comercial) que modificou profundamente a dinâmica econômica nos anos 1990; a saída do Estado como gestor de políticas de desenvolvimento industrial; a explosão das importações que implicou no rápido esvaziamento das cadeias produtivas, provocando forte diminuição do poder de impulso da demanda intra-industrial e de alavancagem dos demais setores, redundando em forte redução da capacidade de criação de empregos na economia; a busca frenética por redução de custos que implicou em rodadas sucessivas de racionalização e inovações no processo produtivo, com forte aumento das tensões sobre o mercado de trabalho. As empresas apresentaram maior competitividade, porém a custos da diminuição do emprego formal, mas nem todas as regiões passaram por isso, a região Nordeste neste período apresentou bom desempenho na geração de emprego, devido os efeitos dos incentivos fiscais, dentre os Estados o que mais se destaca é o Ceará, por conta da política de atração de indústrias adotada no final dos anos 1980. Portanto, o objetivo deste trabalho é descrever a política de atração de indústrias do Estado do Ceará e seus efeitos no emprego formal industrial, tendo como foco as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que juntas formam o polo CRAJUBAR. A metodologia utilizada é bibliográfica e descritiva com base nos dados secundários da RAIS – MTE, para os anos de 1990, 2000 e 2010.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva; Incentivos Fiscais; CRAJUBAR.

¹ Mestranda em Economia Regional pela UFRN

² Doutora em Engenharia de Produção pela UFRJ e professora do Departamento de Economia da UFRN

³ Doutor em Ciências Sociais pela UFRN e professor do Departamento de Economia da UFRN

1 Introdução

O mercado de trabalho nas últimas décadas do século XX passou por profundas mudanças. Segundo Pochmann (2001), assiste-se, desde a década de 1970, a uma modificação substancial na divisão internacional do trabalho, sendo esta agora comandada pelo capital financeiro e acompanhada de um processo de reestruturação empresarial e uma nova revolução tecnológica.

Essas mudanças segundo Coutinho (1999), passaram a transformar as estruturas industriais dos países desenvolvidos, sob o impacto da veloz difusão das tecnologias de informação, baseadas na microeletrônica, as grandes transformações tecnológicas e organizacionais e a integração restrita da economia mundial afetaram o Brasil de forma multiplamente desfavorável.

De acordo com Coutinho (1999) neste período destacam-se os seguintes aspectos relevantes ocorridos na economia brasileira: (a) a conjugação das políticas adotadas no intuito de garantir a estratégia de estabilização (em especial, a abertura comercial e a valorização da taxa de câmbio) que modificou profundamente a dinâmica econômica nos anos 90; (b) a saída do Estado como gestor de políticas de desenvolvimento industrial ou mesmo de ator desse processo que contribuiu fortemente para elevar o grau de exposição da indústria doméstica aos bens importados, especialmente nos casos de produtos de maior valor agregado e maior sofisticação tecnológica; (c) a explosão das importações que implicou no rápido esvaziamento das cadeias produtivas, provocando forte diminuição do poder de impulsão da demanda intra-industrial e de alavancagem dos demais setores, redundando em forte redução da capacidade de criação de empregos na economia; (d) por fim, a busca frenética por redução de custos que implicou em rodadas sucessivas de racionalização e inovações no processo produtivo, com forte aumento das tensões sobre o mercado de trabalho. Desta forma caracterizou-se uma situação em que há “vazamentos” de demanda derivada, resultando em pequeno rebatimento sobre a atividade econômica e sobre a capacidade de geração de emprego.

Diante de um ambiente cada vez mais competitivo, interna e externamente, as empresas têm incorporado inovações tecnológicas e gerenciais e, como resultado houve um substancial aumento da competição na economia brasileira. Porém segundo Coutinho (1999), as consequências desse processo — ainda em curso, na medida em que melhorias organizacionais e tecnológicas se difundem lentamente no tempo, mas com forte impacto no mercado de trabalho — são mudanças na estrutura de emprego da economia, no padrão de remunerações e no perfil de demanda por mão-de-obra, etc.

Estas mudanças na estrutura produtiva aperfeiçoaram a utilização de insumos e melhoraram a qualidade dos bens produzidos, barateando os custos de produção e contribuindo para melhorar a competitividade da produção nacional. Mas, do ponto de vista do emprego, o resultado principal foi à diminuição dos postos gerados por unidade de produto. O ajuste do nível de emprego no setor industrial faz parte de uma verdadeira revolução em nível microeconômico, em resposta aos novos desafios que o setor enfrenta. A principal estratégia adotada pela indústria envolveu a reestruturação organizacional da produção, passando inevitavelmente pelo enxugamento dos quadros de pessoal. A consequência foi à diminuição do emprego formal, que não se limitou ao

setor industrial, tendo sido também muito expressiva na construção civil e no comércio. (COUTINHO, 1999).

No entanto, segundo Arruda (1999), observou-se neste período, modificações na evolução regional do emprego e do emprego industrial em particular. Houve realocação industrial com tendência de desconcentração espacial, ocorrendo desta forma importantes movimentos na estrutura regional do emprego na indústria.

A Região Nordeste apresentou o melhor desempenho, enquanto em São Paulo se assentou o ritmo de queda do emprego industrial. É nítida, a partir dessa análise, a busca de maior competitividade pela realocação espacial, a qual se somam os efeitos da “guerra fiscal” entre os estados da Federação, que tende a deslocar o centro de gravidade da indústria para fora da região de São Paulo.

Dentre os estados do Nordeste, o Ceará tem se destacado na atração de indústrias para o seu território, conforme Arruda (1999):

Os resultados alcançados pelo Estado do Ceará em termos de crescimento econômico, nos últimos anos, têm sido observados com atenção em outras unidades da Federação e mesmo no exterior. Esse fato se relaciona principalmente com a tentativa de compreender o dinamismo recente de uma economia regional com traços marcantes de subdesenvolvimento, sérios problemas estruturais na área social e com base econômica pouco diversificada. Quer se olhe do ponto de vista do capital, onde a capacidade de investimento está diretamente relacionada à baixa poupança privada, ou do ponto de vista do trabalho, onde a baixa instrução e/ou qualificação está diretamente relacionada aos baixos salários, encontra-se um círculo vicioso de subdesenvolvimento característico de regiões secundárias ao processo de acumulação capitalista. Mas ao contrário das expectativas, o Ceará tem revelado uma surpreendente capacidade de gerar indicadores macroeconômicos positivos, notadamente entre os indicadores relativos de crescimento, embora os indicadores sociais pouco tenham se alterado. (pág.17)

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é descrever a política de industrialização do Estado do Ceará e seus efeitos no emprego formal industrial, tendo como foco as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que juntas formam o polo CRAJUBAR, o período de 1990 a 2010 foi escolhido devido à consolidação da indústria nesta época, em decorrência dos apoios e dos investimentos por parte do governo à iniciativa privada com o anseio de promover a industrialização do CRAJUBAR. A metodologia utilizada é bibliográfica e descritiva com base nos dados secundários da RAIS – MTE, para os anos de 1990, 2000 e 2010.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em duas seções e considerações finais, a primeira seção descreve a industrialização no Cariri cearense e a segunda analisa os efeitos desta no emprego formal industrial no polo CRAJUBAR.

2. Industrialização do Cariri cearense

O triângulo CRAJUBAR é composto em sua estrutura por três municípios, a saber: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, os quais são considerados os mais

importantes da microrregião do Cariri, localizada no sul do Estado do Ceará. Constituem o segundo maior polo urbano estadual depois da capital. Esses três municípios juntos compreendem uma área de uma área de 1.994.807 Km² e o censo 2010, (IBGE, 2012) constatou uma população de 426.690 mil habitantes, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Área e população do polo CRAJUBAR em 2010

	Área (Km ²)	População
Crato	1.176.467	121.428
Juazeiro do Norte	248.832	249.939
Barbalha	569.508	55.323
Total	1.994.807	426.690

Fonte: Elaboração própria a parti dos dados do IBGE

O PIB do polo CRAJUBAR em 2009, segundo o IBGE (2012) foi de R\$ 2,68 bilhões, sendo que os setores de serviço e indústria têm a maior participação com valores de R\$ 1,89 bilhões e R\$ 491 milhões, respectivamente, de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2: PIB do polo CRAJUBAR em 2007 (em R\$ 1.000,00)

	Crato	Juazeiro do Norte	Barbalha	Total
Agropecuária	21.015	7.083	12.360	40.458
Indústria	113.969	281.663	95.542	491.174
Serviços	519.047	1.149.795	224.835	1.893.677
Impostos	72.913	156.964	28.649	258.526
Total	726.949	1.595.504	361.385	2.683.838

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

O Crato é um dos polos cearenses de cultura popular e artesanal, e as principais culturas produtivas que deram prosperidade ao município na sua constituição histórica foram à cana-de-açúcar, o algodão e o gado. Em Barbalha concentra-se uma agroindústria de cana-de-açúcar, a qual se destaca não só pela produção de açúcar e álcool, mas também pelo potencial diversificado nas áreas de sucos, doces e extratos. Diferentemente dos seus vizinhos, Juazeiro do Norte possui um diversificado parque industrial, seu comércio é dinâmico, devido principalmente às romarias do Padre Cícero, que trazem para o município um elevado número de pessoas absorvidas pela unidade de produção existente no município.

Nas três cidades os setores da indústria de transformação que mais se destacam são: produtos de minerais não metálicos, metalurgia, madeira, mobiliário, vestuário, calçados e artefatos de tecidos e produtos alimentares. Especificamente para o caso de Juazeiro do Norte há um relativo sucesso de couro, peles e produtos similares, e, em grau menor, dos setores da indústria química e de borracha. Estes casos estão justificados pela vocação calçadista do parque industrial juazeirense, o qual acaba gerando efeitos de cadeia nos setores ofertantes de semielaborados.

Segundo Beserra (2006), o processo de industrialização do Cariri cearense foi um fenômeno que ocorreu associado às escalas local, regional, nacional e global. No geral, se confunde com um processo maior, o de industrialização do Estado do Ceará. Amora (1994 *apud* ARAÚJO, 2006) estabelece uma periodização conquanto à industrialização cearense em três momentos: o primeiro vai do fim do século XIX estendendo-se até os anos 1950; o segundo se inicia nos anos 1960 até meados dos anos 1980 e; o terceiro vai dos anos 1980, intensificando-se nos anos 1990, até hoje. Nestes mesmos moldes ocorreu à industrialização da região do Cariri, o primeiro período acima citado é caracterizado pelas indústrias têxteis, de óleo vegetal, couros e peles cujo vetor principal para sua instalação foi à existência de matérias-primas de origem agrícola e pecuária, com destaque à produção do algodão. Para Lima Junior (2009), reproduziam-se em terras cearenses as características socioeconômicas da civilização do couro e o algodão promoveu o florescimento de importantes núcleos urbanos no sertão – como, por exemplo, Iguatu, Quixadá, Quixeramobim e principalmente Icó, além do Crato na região do Cariri, a produção era voltada, principalmente ao mercado externo.

Para Araújo (2006), no Cariri, a industrialização inicialmente, ocorreu em decorrência da expansão da agricultura. A disponibilidade de recursos naturais, como potencial hídrico, condições climáticas e solos férteis permitiu uma produção diversificada no Vale. A mandioca (cultura mais antiga do lugar), a cana-de-açúcar e o algodão ocupavam lugar de destaque, fazendo surgir indústrias elementares, como os engenhos de rapadura, casas de farinha e indústrias de beneficiamento de algodão. O algodão que se destinava à subsistência, a partir de 1860, se transforma em produção comercial exportadora, com a demanda europeia de matérias-primas. A Guerra de Secessão norte-americana forçou os ingleses — grandes consumidores do produto, em razão da força de sua indústria têxtil — a buscarem novas fontes de abastecimento. Desta forma, o Nordeste e o Ceará se integravam ao mercado mundial em expansão, ingressando numa era de crescimento. Os efeitos desse crescimento, no Ceará, foram marcantes, refletindo diretamente na ampliação do comércio e na diversificação da produção.

No Cariri outro fator importante para a ocupação e industrialização foi o surto comercial ocorrido na região devido à vinda de comerciantes do Icó para o Crato, como também a presença do PE. Cícero em Juazeiro do Norte, o que atraiu muitos imigrantes para a região. O cenário caririense foi modificado entre as décadas de 1850 e 1950. Mudanças ocorreram nos mais diversos planos: econômico, social, político, cultural. No plano político, a independência de Juazeiro do Norte, com sua elevação à categoria de município em 1911, foi, sem dúvida, o ponto mais marcante. Também relevante foi à importância e o poder de barganha alcançado pelo Cariri no contexto da política cearense, sobretudo com a dinâmica dos municípios de Juazeiro, Crato e Barbalha, num processo que mais tarde iria resultar na conurbação CRAJUBAR.

As décadas de 1960-1980 segundo Araújo (2006) caracterizam, sobretudo, pelas políticas de incentivos fiscais, para a promoção da industrialização do Estado, desencadeadas pela SUDENE, primeiro órgão de planejamento regional que se apresentou como uma nova forma de atuação do governo federal. Para a SUDENE, a industrialização seria a condição *sine qua non* para o desenvolvimento regional. Isto

porque, dentre outros fatores, os anos 1956-60 mostravam a industrialização como força propulsora da economia brasileira, sobretudo as indústrias de bens de capital e de consumo durável, concentradas no Sudeste brasileiro.

Os estados mais beneficiados com os recursos da SUDENE foram Pernambuco, Bahia e Ceará. Este último foi, para Beserra (2006), pego despreparado para fazer uso mais intensivo dos incentivos postos à disposição do Nordeste, o que provocou uma perda relativa para as indústrias baiana e pernambucana. Em 1962, na tentativa de minimizar as perdas relativas aos estados da Bahia e de Pernambuco, o governo estadual criou a CODEC (Companhia de Desenvolvimento do Ceará), agência estadual de desenvolvimento industrial destinada a trabalhar em conjuntos com as demais instituições estaduais e regionais voltadas direta ou indiretamente para questões relativas ao desenvolvimento. A CODEC, através de projetos, iria buscar a industrialização planejada nas regiões menos favorecidas, dentre elas o Cariri. O ASIMOW, de autoria do professor Morris Asimow, foi um destes projetos elaborados na busca do desenvolvimento da Região Caririense, fruto de um convênio entre a UCLA e a UFC, sendo custeado pela Fundação Ford e pela USAID.

A Região do Cariri foi escolhida para a realização do projeto por apresentar um conjunto de vantagens consideradas expressivas, tais como sólida tradição agrícola e comercial, centro cultural regional, acesso à energia de Paulo Afonso (a Região do Cariri foi a primeira, no Ceará, a se beneficiar com a energia elétrica) e, por fim, ser o segundo centro econômico do Ceará. Desta forma foram instaladas fábricas de telhas, tijolos, cimento e confecções de sapatos. Junto com técnicos do BNB, a equipe do Projeto ASIMOW deslocou-se para o Cariri a fim de investigar as oportunidades industriais mais adequadas para as vocações da região. O resultado alcançado resultou na sugestão dos seguintes empreendimentos: 1) fábrica de telhas e tijolos, 2) fábrica de cimento, 3) fábrica de doces, 4) beneficiamento do milho, 5) confecção de sapatos, 6) montagem de rádios transistorizados.

De acordo com Beserra (2006), os resultados foram diversos. A indústria de sapatos ainda conseguiu funcionar como empresa limitada, mas a fábrica de cimentos só seria implantada em 1967, aprovada pela SUDENE, sem modificações substanciais em seu projeto. As fábricas de rádios, tijolos e beneficiamento do milho iniciaram suas produções em 1963, com impacto inicial promissor. Porém, as fábricas de alimentos e rádios não suportariam as pressões concorrenciais exercidas por firmas situadas fora do Cariri. Enquanto durou, o Asimow foi responsável pela implantação de 75% do total dos investimentos feitos na Região e equivalente a 67% das implantações realizadas em Fortaleza no mesmo período.

Desta forma a década de 1960 se caracterizou pela modificação na estrutura produtiva industrial do Cariri, porém foi nos anos 1990 que a indústria se consolida, em decorrência dos apoios e dos investimentos por parte do governo à iniciativa privada com o anseio de promover a industrialização do CRAJUBAR. Na administração do Estado do Ceará, a partir de 1987, dominou o discurso modernizante do governador Tasso Jereissati e do grupo de empresários cearenses ligados ao Centro Industrial do Ceará (CIC) e à Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), que assumiram o comando da política estadual. Nesta nova política, o Governo Estadual elege o setor industrial

como caminho para o desenvolvimento, visto que o “Governo das Mudanças” primava pela política desenvolvimentista, a qual apontava que o desenvolvimento econômico só seria alcançado por meio da promoção industrial pelo Estado. (ARAUJO, 2006).

Neste sentido é lançado o Programa de Promoção Industrial e Atração de Investimentos, seu objetivo era desenvolver mecanismos para a divulgação de oportunidades de investimentos industriais através de incentivos fiscais e financeiros, apoio tecnológico, mercado e infraestrutura, sobretudo com a ampliação do Porto do Mucuripe, a viabilização para a construção de outro porto (o do Pecém) e a construção do novo aeroporto Pinto Martins de modo que induza empresários locais, nacionais e estrangeiros a realizarem investimentos no Estado (CEARÁ, GOVERNADOR, 1989).

“No documento “A nova política industrial do Ceará” a Secretária de Indústria e Comércio explicita os objetivos do programa: interiorização do Desenvolvimento” que estava assentada nas seguintes ações prioritárias: 1) programas de interiorização; 2) programa de promoção industrial; 3) programa mineral; 4) programa de desenvolvimento tecnológico industrial e; 5) projetos especiais. O documento apresentava um objetivo bastante pretensioso para uma política industrial: o de direcionar uma política industrial para contribuir com a erradicação da pobreza. Entendia que o círculo vicioso desemprego – miséria – necessidades primárias só poderia ser quebrado pela criação de trabalho. Dessa forma, apontava como objetivo final da “nova política”, a “criação de trabalho” que seria atingido pelo correto equacionamento de estratégias voltadas para a geração de novas oportunidades de investimento principalmente nos setores industrial e comercial, considerados no documento como os mais dinâmicos para o crescimento econômico e que deveriam ser transformados em ferramentas indispensáveis na luta contra a miséria.

Os incentivos fiscais e financeiros base de sustentação do programa seriam estabelecidos com base em renúncias diferenciadas de ICMS (podendo chegar até 75%). Estes incentivos seriam oferecidos por mecanismos e programas de caráter regional para o Nordeste, merecendo destaque o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), liberados para empresas que atendessem ao perfil exigido pelos Programas do Estado. Além disso, também seria realizado estudos para verificar a viabilidade de instalação de empreendimentos industriais em pontos estratégicos bem como a capacitação de pessoal para uso como mão de obra. (ARAUJO, 2006).

O ponto fundamental deste programa é a interiorização da industrialização, ou melhor, a desconcentração espacial das indústrias na RMF. O processo de desconcentração da indústria pautava-se segundo Lima Junior (2011), na redução da carga tributária, que ocorreria em maior valor para àquelas empresas que optassem em instalar-se nos municípios fora da RMF, sendo que foi construído um mapeamento da distância dos municípios do Estado em um raio de 300 km, entre 300 e 500 km e mais de 500 km. Os municípios foram identificados pela quantidade de polos formados por cadeias produtivas, nas quais seriam beneficiados por incentivos à produção. Dentre estes se destacam: os municípios da RMF, Sobral, Itapajé, Canindé, Quixeramobim, Iguatu, Juazeiro do Norte, Tauá, Bela Cruz, Morada Nova e Crato.

Os resultados desta política segundo Arruda (1999) foi à vinda de indústrias que obedeciam a critérios ditados pelas necessidades de redução de custo e de fatores locacionais para os ramos que já possuíam tradição na região, do ponto de vista dos mercados consumidores e do ponto de vista da experiência da mão de obra local, fortaleceram os ramos industriais onde o Ceará já tinha tradição, como têxtil, calçados, alimentos, metalurgia e embalagens, outro fator importante é que estes empreendimentos na sua maioria são formados pelo capital local e por investimentos de São Paulo e Rio Grande do Sul.

O resultado desta política no polo CRAJUBAR foi, de um lado houve um aumento significativo no número de estabelecimentos industriais, estes elevaram-se de 209 em 1990 para 1.473 em 2010, e empregos formais que em 1990 era 6.593 aumentando para 27.169 em 2010. Desta forma segundo Araújo (2006), as políticas de incentivos fiscais adotadas pelo Estado do Ceará na década de 1990 acabaram por consolidar um mercado de trabalho de tamanho considerável no Triângulo CRAJUBAR. Além disso, de acordo com Beserra (2006), com o desenvolvimento da industrialização outros equipamentos também chegam para dar suporte à tríade CRAJUBAR. O SEBRAE tem uma parceria ativa com a FIEC e o SINDINDÚSTRIA, na medida em que não só apoiam os micro e pequenos empresários com cursos de capacitação, mas também elaboram projetos e acompanham a sua execução para a instalação de novas unidades de produção. A SDLR é o braço do Governo que gerencia muitas dessas atividades, inclusive orientando para a diversificação das atividades industriais⁶. A FIEC e suas “casas” (SESC, SESI, SENAI), juntamente com o SINE-IDT, encarregam-se de capacitar a mão de obra e encaminhá-las na medida em que a demanda surge. Também com propósitos de capacitação foram implantadas na região unidades do CENTEC e do CVT. É notório o surgimento de Faculdades particulares que direcionam seus cursos para áreas específicas da administração, marketing, ciências contábeis etc. intentando, de semelhante modo, capacitar (outro tipo de) pessoal para as atividades na indústria. Não esquecendo-se da URCA, já existente na região desde a década de 1980 e, recentemente, da UFC, que já instalou de um campus no lugar.

Desta maneira o triângulo CRAJUBAR se tornou um dos polos de desenvolvimento do Ceará, com uma das maiores concentrações populacionais e principal eixo econômico do sul do Estado. E devido a sua capacidade de polarização, o vale do Cariri transformou-se em um centro sub-regional com influência em considerável área nordestina, atingindo desde os sertões piauienses, passando por Pernambuco, até parte do extremo oeste da Paraíba.

3 Os efeitos da política de industrialização do Ceará no mercado de trabalho industrial do polo CRAJUBAR

Como foi visto anteriormente, no início da década de 1960 e final da 1980, o Governo do Estado do Ceará promoveu políticas de industrialização, tendo como ponto fundamental a interiorização das indústrias, o polo CRAJUBAR foi uma das microrregiões beneficiadas com estes programas, segundo Araújo (2007), na década de 1990 a adoção de políticas de promoção à industrialização de novos espaços entraram na rota da industrialização, dentre eles as cidades de Crato, Juazeiro do Norte

e Barbalha que formam o triângulo CRAJUBAR, desta forma foi consolidado um mercado de trabalho de dimensões consideráveis. Observa-se na Tabela 3 que em 1990 o número de empregos era de 27.366, em 2000 este número aumentou para 43.266 um crescimento de 58%, em 2010 o número de empregos era de 89.472, em comparação ao ano de 2000 o crescimento foi de 106%, com relação a 1990 o crescimento foi de 6%%. Sendo os setores de serviços e indústria os que mais empregam respectivamente.

Tabela 3: Evolução do número de empregos formais por setor no polo CRAJUBAR de 1990 a 2010.

	1990	%	2000	%	2010	%
Industria	6.683	24,4	14.051	32,5	27.919	31,2
Construção civil	3.160	11,5	3.326	7,7	5.744	6,4
Comercio	5.245	19,2	9.194	21,2	21.694	24,2
Serviços e Administração Pública	11.065	40,4	16.615	38,4	33.868	37,9
Agropecuária	115	0,4	80	0,2	247	0,3
Outros/ignorado	1.098	4,0	0	0	0	0
Total	27.366	100	43.266	100	89.472	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-MTE

Com relação a setor industrial (Tabela 4), este cresceu 107% de 1990 a 2000, 99% de 2000 a 2010 e 7% de 1990 a 2010. Em 1990 os ramos que se destacavam com maior participação no número empregos eram mineral não metálico (26%), borracha e couro (24%) e alimentos e bebidas (18%), na década de 2000 o ramo de borracha e couro se mantém com 11% na participação no número de empregos, o mineral não metálico diminui sua participação para 5%, alimentos e bebidas tem uma pequena queda (11%), e o ramo de calçados desponta com a maior participação no número de empregos, este em 1990 participava com apenas 8%, em 2000 eleva-se para 48%. Em 2010, os ramos têxteis, alimentos e bebidas têm grandes quedas na participação no número de empregos, perdendo seus postos dos que mais empregam com participações inferiores a 10%, o setor de borracha e couro permanece estável na sua posição com uma participação de 10% e o calçadista mantém sua hegemonia como o setor que mais emprega no polo CRAJUBAR, com uma participação de 49%. Segundo Amaral Filho (2003), o processo de globalização e abertura econômica foi responsável pela reestruturação produtiva da indústria nacional, e o setor calçadista tem buscado novos mercados que oferecem condições de produção com redução de custos. Cabe destacar os setores de química e farmácia, metalurgia e transporte, que apesar da pequena participação no número de empregos em termos relativos, estes tiveram aumentos expressivos em termos absolutos no número de empregados contratados.

Tabela 4: Evolução do número de empregos formais no setor industrial no polo CRAJUBAR de 1990 a 2010.

	1990	%	2000	%	2010	%
Extrativa mineral	169	2,6	93	0,7	181	0,7
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.730	26,2	751	5,5	1.855	6,8
Indústria metalúrgica	106	1,6	516	3,8	1.797	6,6
Indústria mecânica	2	0,03	491	3,6	589	2,2
Indústria do material elétrico e de comunicações	28	0,4	0	0,0	7	0,0
Indústria do material de transporte	5	0,1	9	0,1	341	1,3
Indústria da madeira e do mobiliário	257	3,9	349	2,6	401	1,5
Indústria do papel	106	1,6	242	1,8	621	2,3
Ind. da borracha, fumo, couros	1.571	23,8	1.587	11,6	2.825	10,4
Ind. química de produtos farmacêuticos	622	9,4	751	5,5	2.233	8,2
Indústria têxtil	326	4,9	793	5,8	1.132	4,2
Indústria de calçados	500	7,6	6.526	47,8	13.220	48,7
Indústria alimentos e bebidas	1.171	17,8	1.559	11,4	1.967	7,2
Total	6.593	100	13.667	100	27.169	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-MTE

No que concerne ao número de estabelecimentos industriais instalados, observa-se que no período de 1990 a 2000, houve um extraordinário aumento do número de estabelecimentos como um todo, este foi de 371%. De 2000 a 2010 o crescimento foi de 50%, nas três décadas o número de estabelecimentos cresceu 10%. Os ramos que se destacaram na década de 1990 com maior participação no número de estabelecimentos foram mineral não metálico (10%), madeira e movelaria (12%), borracha e couro (11%) e alimentos e bebidas (22%). Em 2000, os ramos de borracha e couro, têxtil e alimentos e bebidas continuam a ter maior participação no número de estabelecimentos instalados (11%, 17% e 19%, respectivamente), o setor de calçados desponta com uma das maiores participações no número de estabelecimentos, com uma participação de 18%.

Em 2010 o setor calçadista assume a liderança do ramo com mais estabelecimentos instalados, com uma participação de 22%, já o setor de alimentos e bebidas que na década de 1990 tinha a maior participação no número de estabelecimentos (22,49%) tem uma acentuada queda em termos relativos, representando apenas 14,3% de estabelecimentos instalados. Segundo Amaral Filho (2003), o Ceará é o terceiro Estado brasileiro em exportação de calçados e que o interior, precisamente o Cariri, tem, em Juazeiro do Norte, grande quantidade de pequenas e médias empresas do setor calçadista, e Crato conta com indústria de grande porte, a Grendene.

Tabela 5: Evolução do número de estabelecimentos formais no setor industrial no polo CRAJUBAR de 1990 a 2010.

	1990	%	2000	%	2010	%
Extrativa mineral	2	0,96	7	0,7	10	0,7
Indústria de produtos minerais não metálicos	21	10,05	59	6,0	98	6,7
Indústria metalúrgica	16	7,66	81	8,2	130	8,8
Indústria mecânica	1	0,48	9	0,9	29	2,0
Indústria do material elétrico e de comunicações	2	0,96	0	0,0	9	0,6
Indústria do material de transporte	1	0,48	5	0,5	7	0,5
Indústria da madeira e do mobiliário	26	12,44	80	8,1	86	5,8
Indústria do papel	9	4,31	34	3,5	71	4,8
Ind. da borracha, fumo, couros	24	11,48	107	10,9	153	10,4
Ind. química de produtos farmacêuticos	18	8,61	72	7,3	143	9,7
Indústria têxtil	25	11,96	163	16,6	196	13,3
Indústria de calçados	17	8,13	180	18,3	331	22,5
Indústria alimentos e bebidas	47	22,49	187	19,0	210	14,3
Total	209	100	984	100	1.473	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-MTE

Ao longo desses anos de política de atração de indústrias para o polo CRAJUBAR, pode-se afirmar que os resultados foram positivos no tocante ao número de indústrias instaladas e a geração de emprego.

No que concerne ao tamanho dos estabelecimentos instalados no polo CRAJUBAR, observa-se (Tabela 6) a predominância de micros e pequenos estabelecimentos, na década de 1990 as micros empresas representavam 84,2% do número de estabelecimentos instalados, enquanto as pequenas representavam 12,4%, em 2000 há uma elevação no número de microempresas, passando a representar 92,4% do total de estabelecimentos instalados, percebe-se uma queda no número de pequenas empresas que passam a representar apenas 6,3% do total de estabelecimentos, em 2010 essa tendência permanece.

Segundo Arruda (1999), uma industrialização tardia tem como uma das principais características a predominância de micro e pequenas empresas de capital local. Para Antunes (2005) isso é uma tendência do modelo de acumulação flexível, em que o domínio do setor produtivo está na micro e pequena empresa, pois as empresas adotam um enxugamento das atividades produtivas, articulando-se com um conjunto de empresas-parceiras terceirizadas ou fornecedoras. Estas empresas podem ser grandes grupos econômicos como pequenas empresas familiares, que passaram a formar sistemas de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista (Harvey, 1994, p. 145).

Tabela 6: Evolução do número de estabelecimentos formais por tamanho da empresa no setor industrial no polo CRAJUBAR de 1990 a 2010.

	1990	%	2000	%	2010	%
MICRO	176	84,2	909	92,4	1.321	89,7
PEQ	26	12,4	62	6,3	119	8,1
MED	6	2,9	11	1,1	30	2,0
GRAND	1	0,5	2	0,2	3	0,2
TOTAL	209	100	984	100	1.473	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-MTE

No que concerne ao perfil do trabalhador industrial, em 1990, 84,2% dos trabalhadores eram do gênero masculino (Tabela 7), as mulheres representavam apenas 18,7%, na década de 2000 houve uma queda na participação masculina, esta passou a representar 69,8% e um elevado aumento na participação feminina, cerca de 30,2% dos trabalhadores eram mulheres em 2000. Em 2010 essa a proporção permanece.

Para Queiroz (2010), a maior participação das mulheres no mercado de trabalho está ligada questões econômicas e pessoais como complemento da renda familiar, independência financeira, aumento do nível de escolaridade, criação de novos postos de trabalhos compatíveis a aptidões femininas, mudanças do papel da mulher na sociedade, utilização de métodos contraceptivos ou por assumirem, em muitos casos, o papel de chefe de família, constata-se aumento, ainda que de forma lenta, da participação das mulheres na indústria formal, [...] seguindo uma tendência nacional e mundial. Para Leoni (1996 *apud* QUEIROZ, 2010), as profundas transformações na sociedade têm proporcionado cada vez mais a inserção da mulher no mercado de trabalho. Além da necessidade econômica, a mulher tem buscado igualdade entre gênero bem como direitos individuais que lhes pertencem.

Tabela 7: Evolução do número de empregos formais por gênero no setor industrial no polo CRAJUBAR de 1990 a 2010.

	1990	%	2000	%	2010	%
Masculino	5.341	81,3	9.549	69,9	18.885	69,5
Feminino	1.225	18,7	4.118	30,1	8.277	30,5
Total	6.566	100	13.667	100	27.162	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-MTE

Com relação aos ganhos dos trabalhadores, observa-se na Tabela 8 que a maior parte dos trabalhadores se concentra na faixa salarial de 1,1 a 2 salários mínimos, essa tendência aumentou de uma década pra outra, em 1990, estes representavam 62,7%, em 2000 elevou-se para 73,8% e em 2010 aumentou para 75%. Para Queiroz (2010), constata-se o empobrecimento do trabalhador no polo CRAJUBAR, segundo esta mesma autora isso se justifica em função de as empresas atraídas para o Ceará, através das políticas de incentivos fiscais, serem intensivas em mão-de-obra e, sobretudo, por o Estado apresentar, como denomina Marx (1987 *apud* QUEIROZ,

2010), um exército industrial de reserva, apto a assumir posto de trabalho, mesmo com remuneração baixa.

Tabela 8: Evolução do número de empregos formais por faixa salarial no setor industrial no polo CRAJUBAR de 1990 a 2010.

	1990	%	2000	%	2010	%
De 0 a 1 sm	1.190	18,0	1.409	10,3	5.281	19,4
De 1,1 a 2 sm	4.137	62,7	10.090	73,8	20.384	75,0
De 2,1 a 3 sm	609	9,2	973	7,1	753	2,8
De 3 a 5 sm	341	5,2	540	4,0	402	1,5
De 5,01 a 7,00 sm	132	2,0	194	1,4	78	0,3
De 7,01 a 10,00 sm	56	0,8	106	0,8	58	0,2
De 10,01 a 15,00 sm	40	0,6	77	0,6	42	0,2
De 15,01 a 20,00 sm	15	0,2	39	0,3	12	0,0
Mais de 20,00 sm	11	0,2	64	0,5	14	0,1
Ignorado	62	0,9	175	1,3	145	0,5
Total	6.593	100	13.667	100	27.169	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-MTE

No que desrespeita a escolaridade do trabalhador, percebe-se uma melhora (Tabela 9), em 1990 69,3% dos trabalhadores tinha o ensino fundamental incompleto, já em 2000 este número diminuiu para 46,3% e em 2010 14,7% dos trabalhadores tinha o ensino fundamental incompleto, em 2000 há um aumento significativo no número de trabalhadores com ensino fundamental completo e ensino médio completo, 17,1% e 19,3% respectivamente. Em 2010 mais de 50% dos trabalhadores possuíam o ensino médio completo.

Para Queiroz (2010), apesar dessas melhorias no nível de instrução do trabalhador, fica evidente o baixo nível de escolaridade da mão-de-obra empregada na indústria formal do CRAJUBAR, visto como as indústrias que se deslocaram para o CRAJUBAR, não demandam trabalhadores qualificados.

Tabela 9: Evolução do número de empregos formais por escolaridade no setor industrial no polo CRAJUBAR de 1990 a 2010.

	1990	%	2000	%	2010	%
ANALF	349	5,3	453	3,3	179	0,7
ENS.FUN.IN	4.551	69,3	6.335	46,4	4.005	14,7
ENS.FUN.COM	599	9,1	2.346	17,2	3.653	13,4
ENS.MED.IN	423	6,4	1.590	11,6	3.340	12,3
ENS.MED.COM	472	7,2	2.641	19,3	14.998	55,2
SUP.IN	81	1,2	131	1,0	525	1,9
SUP.COM	91	1,4	171	1,3	462	1,7
TOTAL	6.566	100	13.667	100	27.162	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-MTE

Com relação ao tempo de permanência do trabalhador no emprego, percebe-se uma alta rotatividade da mão de obra no polo CRAJUBAR, os trabalhadores com menos de um no emprego representavam 41,7% em 1990, em 2000 este número aumentou para 47, 8% e em 2010 manteve seu patamar com 46,8%, o número de trabalhadores com tempo de emprego entre 1,1 a 3 anos permaneceu estável como pode ser observado na Tabela 10, houve uma queda no número de trabalhadores com 3,1 a 5 anos de emprego, em 1990 estes representavam 14,4%, manteve essa taxa em 2000 e em 2010 caiu para 8,6%, houve também uma pequena elevação no número de trabalhadores com tempo de emprego entre 5,1 a 10 anos, estes representavam 11,05% em 2010.

Para Queiroz (2010), esses índices elevados de trabalhadores com pouco tempo de serviço comprovam o resultado de novas formas de organização do trabalho e da produção, pautados em um processo de reestruturação produtiva, desenvolvimento tecnológico, que substitui trabalhadores formais por estagiário e contratos temporários, além dos altos impostos e encargos trabalhistas que dificultam a geração e oferta de novas vagas. Ainda segundo a autora a alta rotatividade da mão-de-obra na indústria também é consequência do fato desta ser intensiva em mão de obra, e facilmente substituível em função da baixa qualificação exigida desses profissionais (Tabela 10), facilitando-se assim, a contratação e a demissão.

Tabela 10: Evolução do número de empregos formais por tempo de emprego no setor industrial no polo CRAJUBAR de 1990 a 2010.

	1990	%	2000	%	2010	%
ATÉ 11,9 MESES	2.750	41,8	6.520	47,9	12.722	46,8
1 A 3 ANOS	2.022	30,7	4.074	29,9	8.292	30,5
3,1 A 5 ANOS	954	14,5	1.954	14,3	2.350	8,7
5,1 A 10 ANOS	568	8,6	781	5,7	3.002	11,1
MAIS DE 10 ANOS	289	4,4	290	2,1	798	2,9
TOTAL	6.583	100	13.619	100	27.164	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-MTE

No que concerne à idade dos trabalhadores (Tabela 11), mais de 55% destes tem idade entre 25 e 39 anos em 2010, em seguida vem os trabalhadores com até 24 anos, que em 2010 representavam 28,6%. Este resultado pode ser considerado positivo, no sentido de que os jovens estão ingressando mais tarde no mercado de trabalho, por conta da busca por qualificação.

Tabela 11: Evolução do número de empregos formais por faixa etária no setor industrial no polo CRAJUBAR de 1990 a 2010.

	1990	%	2000	%	2010	%
ATÉ 24 ANOS	1.728	26,4	5.284	38,7	7.785	28,7
25 A 39 ANOS	3.204	48,9	6.353	46,5	15.182	55,9
40 A 64 ANOS	1.597	24,4	2.002	14,6	4.161	15,3
MAIS DE 65 ANOS	24	0,4	28	0,2	34	0,1
TOTAL	6.553	100	13.667	100	27.162	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-MTE

Percebe-se que apesar da política industrial ter conseguido aumentar o número de indústrias e empregos formais, o perfil socioeconômico dos trabalhadores não seguiu a mesma tendência. O trabalhador continuou com baixa qualificação, com baixa remuneração e o mercado de trabalho é altamente rotativo. Queiroz (2010) destaca que apesar da melhora no nível de instrução do trabalhador, ainda permanece baixo o seu nível educacional e chama a atenção para o fato de que, mesmo com a melhora na qualificação dos trabalhadores, não houve resposta no tocante aos seus rendimentos, contradizendo a teoria do capital humano. Segundo a autora, os trabalhadores da indústria formal do CRAJUBAR deslocaram-se das faixas de rendimentos mais elevadas e concentram-se significativamente nas faixas mais baixas, e com relação à alta rotatividade, esta provavelmente ocorre em função da abundância de trabalhadores e do baixo nível de instrução exigido por tais indústrias.

4 Considerações Finais

O mercado de trabalho passou por mudanças no final do século XX. O capital financeiro, a reestruturação empresarial e produtiva e uma nova revolução tecnológica são os fatores fundamentais da nova divisão internacional do trabalho.

No Brasil a crise do Estado intervencionista e a abertura comercial, impactaram significativamente no mercado de trabalho, as firmas passaram a se reestruturar produtivamente, incorporando tecnologias e enxugando seu quadro pessoal, para se enquadrar no mercado que se encontrava altamente competitivo, porém a consequência foi à diminuição do emprego formal, principalmente no setor industrial. No entanto, em algumas regiões do Brasil como o Nordeste, a situação era diferente, esta região apresentou bom desempenho no emprego industrial, isto deveu-se a realocização espacial da indústria e aos efeitos dos incentivos fiscais dados pelos Estados para atrair as indústrias.

Dos Estados nordestinos o que mais se destaca é o Ceará, devido à política de industrialização adotada no final dos anos 1980, cujo objetivo era desenvolver o Estado a partir da implantação e principalmente da interiorização da industrialização, desta forma foram identificadas regiões como polos formados por cadeias produtivas, dentre elas o polo CRAJUBAR formado pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

O resultado desta política no polo CRAJUBAR foi, de um lado houve um aumento significativo no número de estabelecimentos industriais, estes elevaram-se de 209 em 1990 para 1.473 em 2010, e empregos formais que em 1990 era 6.593 aumentando para 27.169 em 2010. Porém, com relação ao perfil do trabalhador formal, este não foi modificado, continuou pouco remunerado, em 2010 75% dos trabalhadores formais da indústria encontravam-se na faixa salarial de 1,1 a 2 salários mínimos, com baixa qualificação 55% dos trabalhadores tinham o ensino médio completo em 2010 e com alta rotatividade no emprego 46,8% dos trabalhadores tinham menos de um ano de emprego em 2010.

Segundo Arruda (1999), o nó da baixa qualificação/baixos salários do mercado de trabalho local não teve necessidade de ser desatado, mas potencializado em ramos de atividade receptores de indústrias transferidas das regiões de origem em busca de baixos custos com a mão-de-obra (salários) e incentivos fiscais, as indústrias vindas para o Estado obedece a critérios ditados pelas necessidades de redução de custo e de fatores locacionais para os ramos que já possuíam tradição na região, do ponto de vista dos mercados consumidores e do ponto de vista da experiência da mão-de-obra local.

Esta política de industrialização se encaixa na visão de Pochmann (2001) sobre a periferação da indústria, onde se desloca as partes menos complexas das atividades manufatureiras, com base na alta escala de produção, no baixo preço unitário, na simplificação tecnológica e na rotinização das tarefas realizadas pelos trabalhadores. A mão de obra envolvida nesse processo produtivo assume menor custo de trabalho e em contrapartida não é exigido qualificação.

5 Referências

ALVES, G. O precário mundo do trabalho. In: Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2ª edição, 2007.

ALVES, G. Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade. In: Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2ª edição, 2007.

AMARAL FILHO, J; SOUZA, D. L.R. Arranjo produtivo de calçados do Cariri, Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE; Texto para discussão nº 9. Fortaleza, agosto de 2003.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10ª ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ARAÚJO, N.G. A industrialização no Ceará: Breves considerações. In: Boletim Goiano de Geografia, V.27, n 2. 2007.

ARRUDA, G. C; SAMAPAI, J. B. Políticas de emprego no Estado do Ceará. In: Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade. Org.: POSTHUMA, A.C. Brasília: OIT e MTE, ed. 38. São Paulo, 1999.

BESERRA, F.R. O processo de industrialização do Cariri e o papel do Estado rumo a uma modernização conservadora. In: I Encontro internacional de trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores. LABOR/UFC. 2006.

CEARÁ. A nova política industrial do ceará: interiorização do Desenvolvimento. Fortaleza- CE, 1989.

COUTINHO, L; BALTAR, P; CAMARGO, F. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade. Org.: POSTHUMA, A.C. Brasília: OIT e MTE, ed. 38. São Paulo, 1999.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.

LIMA JUNIOR, F.O; MACEDO, F.C. Dinâmica regional, política econômica, evolução do emprego e rede urbana cearense no início do século XXI. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2011.

POCHMANN, M. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. Boitempo Editorial. São Paulo, 2001.

QUEIROZ, S.N; FILHO, L.A.S. Industrialização e emprego formal no Ceará: Análise a partir dos dados da RAIS-MTE 1996/2006. In: Revista de Desenvolvimento do Ceará. IPECE. 2010.

RAIS-MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>> Acesso em outubro de 2012.